

Serra afirma que CPMF não ajudou a área de saúde

Nota técnica do Ministério mostra queda nos gastos

Ministro quer provar que não tem culpa pelo déficit

Felipe Barra



Serra: fim do silêncio

05 NOV 1998 **O** ministro da Saúde, José Serra, abandonou o silêncio a que se impôs desde a divulgação do programa de ajuste fiscal e divulgou ontem um estudo de sua assessoria econômica que mostra que o gasto com saúde caiu 12,4% entre 1994 e 1998 como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). A nota técnica distribuída por Serra diz também que "a arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) não beneficiou a saúde" e que "houve desvio" das fontes tradicionais de financiamento da área.

O estudo da assessoria de Serra faz crítica também ao tratamento dispensado pelo Governo à área de educação, cujo aumento de despesas em 1998, diz a nota, "será inferior, em termos reais, ao de 1995". Com quatro tabelas, a assessoria técnica do ministro Serra procurou mostrar que as despesas com custeio e investimento em saúde nos últimos quatro anos, ou seja, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, cresceram apenas 1,2% em termos reais, "enquanto que o conjunto das outras despesas orçamentárias aumentou em 15,8%".

Por isso, argumenta o estudo, as áreas de educação e saúde não podem ser responsabilizadas pelo aumento do déficit público. "Se algum gasto pressionou o déficit público não foi o de saúde e tampouco o de educação". A nota técnica diz que "neste momento em que as discussões sobre déficits e cortes nos gastos públicos ocupam o cenário nacional é muito importante que números e informações pertinentes sejam conhecidas, a fim de permitir a formação de opiniões e de critérios ajustados à realidade".

A assessoria técnica de Serra garante que a CPMF não beneficiou a saúde porque a receita do imposto sobre cheques teria sido utilizada somente para cobrir a retirada de outras fontes tradicionais, como a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o

Financiamento da Seguridade Social (Cofins). "A receita da CPMF foi destinada à saúde, mas foram diminuídas as destinados à saúde decorrentes de contribuições sobre os lucros e do Cofins", diz o estudo. "Por exemplo, enquanto, em 1998, a arrecadação da CPMF (projetada até dezembro) atingiu R\$ 8 bilhões, a despesa do setor, neste ano, será próxima à de 1995".

Custeio

Uma das tabelas distribuídas por Serra mostra que os gastos com o custeio e investimento da saúde - item orçamentário que não inclui os pagamentos de salários, de dívidas e as inversões financeiras - foram de R\$ 12,841 bilhões em 1995, de R\$ 11,809 bilhões em 1996, de R\$ 14,204 bilhões em 1997 e será de R\$ 12,992 bilhões em 1998.

Os valores dos anos anteriores foram expressos em reais de 1998. Para 1999, a proposta orçamentária que está no Congresso prevê gastos de R\$ 15,093 bilhões. Essa proposta sofrerá corte, pois o Governo já se comprometeu a reduzir os gastos com custeio e investimento em R\$ 8,7 bilhões, de acordo com o programa de ajuste fiscal anunciado. É contra o corte que Serra agora está-se rebelando.

De acordo com as tabelas distribuídas por Serra, os gastos com custeio e investimento da área de educação caíram nos últimos quatro anos. Em 1995, o Ministério da Educação e Desportos recebeu R\$ 4,841 bilhões, R\$ 4,249 bilhões em 1996, R\$ 3,866 bilhões em 1997 e receberá R\$ 4,699 bilhões este ano. O último valor é equivalente a 97,1% do valor de 1995. Se o gasto federal com saúde for comparado com o Produto Interno Bruto (PIB) - ou seja com o valor de tudo o que é produzido no País durante um ano -, a nota técnica de Serra diz que as despesas feitas na área em 1998 são inferiores às feitas em 1995 em 12,4%.